



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FEIRA DE SANTANA

Elissandra Jesus dos Anjos

Centro Universitário Anísio Teixeira

E-mail: elissandra17@live.com

Hosaná Pereira de Jesus

Centro Universitário Anísio Teixeira

E-mail: hpj.vida@gmail.com

Victória Sousa Alves

Centro Universitário Anísio Teixeira

E-mail: viccsousa33@gmail.com

Rafaela Gonzaga Matos

Centro Universitário Anísio Teixeira

Email: rafaelamtos@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa pretende contribuir com o rompimento das epistemologias eurocêntricas tidas como universais e absolutas e lançar olhares para conhecimentos outros no meio escolar, com vistas a ampliar o nosso entendimento e de outros sobre como as escolas têm se colocado na luta contra o racismo, visto que reconhecemos, que é na educação infantil onde se inicia o processo de socialização e dentro desse processo muitos estereótipos racistas são ensinados e levados até a vida adulta. Foi realizada na Creche Municipal Maria de Lourdes Pellegrini Freitas Silva e na Escola Pequena Thamy de Educação Infantil no município de Feira de Santana com os objetivos de compreender as implicações da educação para as relações étnico-raciais em escolas municipais de educação infantil, e identificar o que os professores sabem, como trabalham e como agem diante de situações de racismo dentro do ambiente escolar para a desconstrução dos estereótipos racistas construídos ao longo de nossa história. E, buscamos fundamentá-la a partir dos estudos de Gomes (2012, 2017), Libâneo (2005), Brandão (2007), Torres (2007), Oliveira e Candau (2010), Walsh (2001), Cavalleiro (2000, 2001), entre outros. Para a coleta dos dados optamos pela entrevista estruturada e em relação a compreensão emergiu que a atuação e formação dos professores são aspectos cruciais para novos olhares em relação a educação para as relações étnico raciais na educação infantil.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Educação; Educação Infantil.

Abstract: This research aims to contribute to the rupture of Eurocentric epistemologies considered universal and absolute, while turning attention to other forms of knowledge within the school environment, to broaden our understanding and that of others about how schools have positioned themselves in the struggle against racism. We recognize that early childhood education is where the socialization process begins, and within this process many racist stereotypes are taught and carried into adulthood. The study was conducted at Creche Municipal Maria of Lourdes Pellegrini Freitas Silva and School Thamy Little de education infantile the municipality of Feira de Santana. Its objectives were to understand the implications of education for ethnic-racial relations in municipal early childhood schools, and to identify what teachers know, how they work, and how they act in the face of racist situations within the school environment to deconstruct the racist stereotypes built throughout our history. The research is grounded in the studies of Gomes (2012, 2017), Libâneo (2005), Brandão (2007), Torres (2007), Oliveira and Candau (2010), Walsh (2001), Cavalleiro (2000, 2001), among others. For data collection, we chose structured interviews, and the findings revealed that teachers' professional practice and training are crucial aspects for developing new perspectives on education for ethnic-racial relations in early childhood education.

Keywords: Ethnic-racial relations; Education; Early childhood education.

Cite este artigo: ANJOS, E. J. ; JESUS, H. P. ; ALVES, V. S. ; MATOS, R. G. Relações étnico-raciais: percepção dos professores de duas escolas municipais de Feira de Santana. Revista Internacional de Ensino e Educação (RIEE), Salvador (BA), v. 02, n. 01, p. 16-29, jul/dez. 2025. Disponível em: <https://riee.com.br>. Acesso em: XX de XXXX de XXXXX.



INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar as implicações da educação para as relações étnico-raciais na Creche Municipal Maria de Lourdes Pellegrini Freitas Silva e na Escola Pequena Thamy de educação infantil municipal de Feira de Santana na desconstrução dos estereótipos e o enfrentamento do racismo, surge do entendimento de que é na escola onde as relações são tensionadas, e é na educação infantil onde se inicia o processo de socialização e dentro desse processo muitos estereótipos racistas são ensinados e levados até a vida adulta. Portanto, entendemos que é de fundamental importância compreender como foram trabalhadas as questões étnico-raciais na pré-escola.

As crescentes reivindicações por parte do movimento negro por igualdade racial, aumentou a demanda para abordar tal tema no sistema educacional do Brasil a fim de combater problemas causados pelo racismo. Nesse contexto, nossa pesquisa pretende contribuir com o rompimento das epistemologias eurocêntricas tidas como universais e absolutas e lançar olhares para conhecimentos outros no meio escolar, para ampliar o entendimento nosso e de outros sobre como as escolas têm se colocado na luta contra o racismo (Gomes, 2017).

As pesquisas produzidas sobre as relações étnico-raciais colocam em cena a história de homens e mulheres negras, contada pela sua ótica, livre da narrativa racista do colonizador que produz estereótipos que visam manter homens e mulheres em um lugar de servidão e marginalidade (Gomes, 2017).

[...] as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do movimento negro”. (Gomes, 2017, p.17)

Ademais os conhecimentos que foram construídos e sistematizados nas pesquisas sobre as relações étnico-raciais produzem saberes que possibilitam trazer para as futuras gerações um conhecimento produzido e sistematizado pelo seu próprio povo, são essas as reflexões que a autora Gomes (2017) propõe.

Para fundamentar a escrita deste exercício formativo buscamos embasamento nas produções de estudiosos como Gomes (2012; 2017), Libâneo (2005), Brandão (2007), Torres (2007), Oliveira e Candau (2010), Walsh (2001), Cavalleiro (2000; 2001), entre outros.

Utilizamos a abordagem qualitativa de pesquisa, que para Lüdke (1986), tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Deste modo, está abordagem se torna bastante pertinente à presente pesquisa, tendo em vista que a mesma busca compreender as implicações da educação para as relações étnico-raciais em escolas municipais de educação infantil de Feira de Santana, além de identificar o que os professores sabem sobre o tema, como trabalham e como agem diante de situações de racismo



dentro do ambiente escolar e na desconstrução dos estereótipos racistas construídos ao longo de nossa história.

Referencial teórico

Muitos divergem sobre o que realmente é educação, concordamos que "A educação é um fenômeno social inerente a constituição do homem[...]" (Libâneo, 2005, p.97), é um fenômeno que acompanha o ser humano desde os primórdios, presente em todo o processo evolutivo. Educação também pode ser entendida como essa pré-disposição natural do homem a aquisição de conhecimento, como fenômeno ela nos circunda em diversos momentos de nossa vida se tornando um processo inerente ao homem, movido pela necessidade de sobreviver, perpetuando seu gene ou manter um legado.

[...] de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (Brandão, 2007, p.7).

O autor entende que a educação é experienciada todos os dias pelos indivíduos no processo de socialização, quando ele é inserido na vida social que se inicia no nascimento, se consolida na idade adulta e se finda na morte. Sempre que o homem pensar, criar e transfere o conhecimento produzido e esse é socializado pelos seus pares está em foco o fenômeno educação.

Pensando na educação enquanto esse fenômeno que está deslocado do espaço/tempo, não podemos pensar em uma forma de educação, tendo em vista que ela surge da socialização humana que acontece em qualquer lugar. Educação é essa dualidade ou não entre ensino-aprendizagem que não se prende a métodos, técnicas e regras para acontecer, como afirma Brandão (2007, p.9) "Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante".

Como um fenômeno que não é palpável a educação não concebe um formato ela está onde está o ser humano, intervindo no ambiente ao qual está inserido trabalhando, vivendo, criando agindo sobre o meio para desenvolver sua cultura.

A educação seria, pois, a transmissão as crianças, aos jovens e adultos, de princípios valores costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptadas ajustadas. Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem (Libâneo, 2005, p.73).



Contudo podemos entender que educação é esse fenômeno natural ou estimulado de aprendizagem, que por meio dela o homem produz saberes e perpetua conhecimentos históricos, garantindo que as gerações futuras tenham acesso à informação de períodos no qual não pertenceram, garantindo por meio da educação o bom funcionamento da sociedade a qual está inserido.

Segundo Torres (2007, p.131) “respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente”. As formas de ser e estar hegemônicas que circulam o nosso cotidiano produzindo preconceitos, são as marcas dessa colonialidade presente na modernidade. Portanto as relações étnico-raciais se opõem a colonialidade que coloca a Europa como sendo o modelo ideal de sociedade e cultura a ser seguido, operando por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser, invisibilizando e subalternizando todas as culturas não-europeias.

Essa operação se realizou de várias formas, como a sedução pela cultura colonialista, o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura, estimulando forte aspiração à cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (Oliveira e Candau 2010, p.19).

As culturas produzidas sob perspectivas colonialistas são moldadas para rejeitar suas raízes aderindo o modelo que é imposto de forma sutil pelo colonizador, que incute nos indivíduos dessa cultura a sua visão de mundo como sendo a única viável. Produzindo assim uma anulação por parte do sujeito de todos os traços que remetam a sua cultura que é posta como sendo marginal.

Como possibilidade “outra” as relações étnico-raciais conduzem à “[...] luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização” (Oliveira e Candau, 2010, p.5), se apresenta como possibilidade “outra” na contramão do que prega a colonialidade quando impõe um modelo único de cultura localizado na Europa. Dessa forma se utiliza do pensamento de fronteira que “[...] torna visíveis outras lógicas e formas de pensar, diferente da lógica eurocêntrica dominante”(Oliveira e Candau, 2010, p.11).

Têm como foco as culturas marginalizadas e invisibilizadas, propondo um modelo de educação, na qual todas as cosmovisões são respeitadas, em que o diálogo e o pensamento crítico são fundamentais, e a base é o respeito mútuo as subjetividades. “Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturais diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença” (Walsh, 2001, p.10).

Esse intercâmbio é construído a partir do misto de vivências dos representantes das diversas culturas que tecem a nossa sociedade, promovendo uma rica colisão de saberes e



experiências que vão promover novos olhares, construindo maneiras de ser, pensar e agir de forma não hegemônica.

As relações étnico-raciais "sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber" (Oliveira e Candau, 2010, p.24), devolvendo aos indivíduos a possibilidade de reconstrução de seu imaginário, sua identidade, e a história de sua cultura.

À educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre **à pluralidade étnico-racial**, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual equânime (Brasil, 2004a, p.6 - grifos nossos).

Portanto as relações étnico-raciais promovem a discussão sobre o encontro entre as culturas a partir das diferenças sem que gere conflitos, mas haja problematização para construção de aprendizagem, não para imposição de uma cultura sobre outra como sendo superior. Com a organização de movimentos sociais negro buscando ações de mudança em relação ao campo educacional, houve transformações que ampliaram o direito a educação.

Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento? Será que elas são tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? (Gomes, 2012, p.99).

Esses sujeitos invisibilizados e excluídos são, na sua maioria pessoas negras, que foram durante muito tempo marginalizados e esquecidos, por esse motivo é necessário repensar o cenário atual da educação e fazer modificações para incluir esses sujeitos, favorecendo as relações étnico-raciais. De acordo com Gomes (2012), é preciso modificar o currículo para que esse inclua assuntos que envolvam também a cultura, os conhecimentos trazidos pela cultura negra e indígena.

Buscando diminuir o distanciamento entre os conteúdos ofertados pelo currículo e o público da escola, se tornou obrigatória a introdução do ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas da educação básica. A mudança não pode se limitar somente ao currículo, é necessário que haja também mudança na prática, para que os conteúdos não sejam tão contrastantes com o indivíduo envolvido e a sua realidade.

Antes da Lei 10.639/03 e da 11.645/08, que obriga o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena, o assunto ficava sem regulamentação, a mercê do professor que poderia tratar como quisesse e com a referência que entendesse que era para ser abordada, ficava a seu critério também se iria ou não trazer à tona o assunto. Cavalleiro (2000) sinaliza que, o professor



que muitas vezes não teve uma formação para trabalhar dentro da temática, ou teve a formação de modo deficitário, e vivendo em uma sociedade que reproduz o racismo também faz parte do problema.

Ter acesso a história da África ajuda os alunos a entender sobre miscigenação e como ela aconteceu no Brasil também, o acesso ao universo africano encoraja a autoestima do aluno que pode se ver representado em um continente, incentiva o respeito entre os sujeitos. Para Dias (2005), essa lei é um passo importante para a construção de uma escola antirracista.

De acordo com Silva e Almeida (2020) a partir da metade do século XX foram necessárias a criação de uma série de dispositivos para proporcionar o respeito e o cumprimento dos direitos humanos, freando concomitantemente as ações de discriminação racial, de sexo, de idioma e religiosa. No Brasil foi preciso realizar a inclusão destas solicitações em dispositivo legal a seguir:

Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação racial, sancionada pelo governo brasileiro em 27/03/ 1968, trazendo a seguinte redação no seu artigo 1º 1. Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública (Brasil, 1969).

Neste sentido Quirino (2012, p. 52 apud Abramovay, 2006) destaca que é necessário estar empenhado para que a educação seja fornecida a sociedade de forma hegemônica, sem a presença da discriminação racial, visto que este advento é fruto de intensas lutas do movimento negro que precisam ser reconhecidas.

Ao passo que estas lutas ocorreram foi realizada uma edição na constituição brasileira, mais especificamente no artigo 27, onde foi acrescentado um trecho que destaca que a Educação Básica deve conter a disseminação de valores fundamentais, direitos e deveres dos cidadãos e respeito ao bem comum. Além das modificações realizadas na constituição o movimento negro conquistou a inserção de suas demandas nos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 10.639/03. As mudanças realizadas nestes documentos são de suma importância, visto que são dispositivos legais que norteiam o ensino no Brasil. Outro fator relevante é que as mudanças se apresentam para a sociedade como a concretização de intensas lutas contra a discriminação e o preconceito. De acordo com a Unesco:

A Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto



positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas (Unesco, 2008, p.10).

Moreira e Candau (2008) destacam em seus escritos que apesar de o governo estar favorável as mudanças realizadas na legislação, estas se dão muito mais por conta dos conflitos e das ideologias pregadas pelo movimento negro brasileiro. Um marco das lutas deste movimento é a sanção da Lei nº 10.639/03 que foi normatizada a partir da resolução nº 01 de 07 de junho de 2004 e que delimitava de forma detalhada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as instituições educacionais no Brasil.

O parecer favorável a sanção desta lei surge para adequar a legislação vigente para os objetivos propostos pelo CNE/CP 6/2002 e também para proporcionar a Lei nº 9.394/96 as modificações propostas pela Lei nº 10.639/2003. O parecer que determina esta alteração possui o seguinte teor:

Cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros (Gonçalves e Silva, 2004, p. 9).

As modificações realizadas nos dispositivos legais foram realizadas para que fosse garantido que todo o conteúdo disposto na Lei nº 10.639/2003 fosse cumprido e que as adequações necessárias fossem aplicadas as legislações anteriores a esta. Visto que é imprescindível que a educação brasileira esteja pautada em preceitos de igualdade e respeito.

Metodologia

A abordagem utilizada foi a qualitativa, que tem como principal elemento de pesquisa os dados que são coletados *in loco*. Segundo Lüdke (1986), esta abordagem se torna bastante pertinente à presente pesquisa, tendo em vista que a mesma busca compreender as implicações da educação para as relações étnico-raciais em escolas municipais de educação infantil de Feira de Santana.

Por meio de entrevista estruturada, contamos com a contribuição dos professores das escolas selecionadas, os professores são identificados na pesquisa pela primeira letra do nome. Para a realização da pesquisa foi feito um questionário no google Forms com a intenção de identificar o que os professores sabem, como trabalham o tema e como agem diante de situações



de racismo dentro do ambiente escolar e na desconstrução dos estereótipos racistas construídos ao longo de nossa história. As fontes também foram livros e artigos que abordam o tema.

Análise dos dados

A pesquisa foi dividida em três blocos, com três perguntas cada bloco. O quadro 1 busca identificar o que as falas dos professores abordam sobre as relações étnico-raciais.

Quadro 01 – Compreensões docente sobre relações étnico-raciais

Professor	Como você se auto declara?	Você acredita que existe racismo no Brasil?	Você sabe o que são relações étnico-raciais?
L	Preto	Sim	Sim
M	Branco	Sim	Sim.
A	Preto	Sim	Sim
O	Pardo	Sim	Relações entre pessoas de "raças"/ cores diferentes.
A L	Preto	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelas autoras

As informações obtidas na pesquisa destacam que 60% dos professores se declaram pretos, 20% se declaram pardos e 20% brancos. De acordo com o IBGE, os pardos entram na classificação de negros. Segundo a pesquisa, todos os professores acreditam que existe racismo no Brasil, isso é importante pois é necessário reconhecer que o racismo existe e traz danos reais para a sociedade, principalmente na infância, pois, de acordo com Cavalleiro (2000) é onde a autoestima está sendo formada e racismo afeta negativamente a autoestima.

[...] é importante para que os profissionais que atuam na escola, desde a educação infantil, tenham clareza de suas atuações, questionem suas práticas pedagógicas cotidianas, que, muitas vezes atreladas a um fazer acrítico, reforçam situações de racismo que interferem na constituição da autoestima positiva das crianças negra. (OLIVEIRA E ABRAMOWICZ, 2010, p.15).

Um professor consciente e comprometido com a sua prática deve não somente acreditar na existência do racismo como combatê-lo. A pesquisa também revela que 100% dos



entrevistados relatam saber o que são relações étnico raciais. E para poder atuar em prol das relações raciais, o professor precisa buscar aprimorar os seus conhecimentos sobre essa questão.

O quadro 2 tem o objetivo de apresentar as opiniões dos professores sobre a importância do debate racial no âmbito escolar na educação infantil.

Quadro 02 - O opiniões docente sobre a importância do debate racial

Professor	Você considera importante a discussão desse tema no âmbito escolar?	Na sua opinião, crianças da educação infantil são capazes de reproduzirem o racismo?	Para você, é importante abordar o debate racial na educação infantil? Por que?
L	Sim	Sim	Acho de muita importância pois é nessa fase que é forjado o caráter da criança e nós como professores temos participação nessa formação, dessa forma incutir na cabeça das crianças que a miscigenação existe no nosso país e que devemos respeitar todas as raças sem distinção, dessa forma acredito eu que estaremos colaborando para uma sociedade menos racista.
M	Sim	Sim	Sim, porque a criança precisa começar desde cedo a compreender a ideia do respeito, das diferenças e também a se reconhecer, valorizar a sua cor e a sua identidade.
A	Sim	Sim	Sim, Para desmistificar este assunto.
O	Sim.	Sim	Sim. Para promover a conscientização desde os primeiros anos de vida escolar.
A L	Sim	Sim	Sim, Para concientizar desde cedo sobre identidade, respeito as diferenças, diminuindo dessa forma o preconceito.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na pesquisa apresentada obtivemos o percentual de 100% dos professores, afirmando sobre a importância de acontecer o debate em sala de aula sobre o racismo na educação infantil, e como se pode auxiliar esses alunos a construir uma autoimagem positiva, respeitando e valorizando essas diversidades étnico- raciais. As escolas também devem contribuir nesse processo de aprendizagem, havendo brinquedos diversos que possam incentivar os alunos a valorizar e respeitar as diferenças, na pesquisa os professores ressaltam a importância das práticas pedagógicas em sala de aulas que estimulem aos alunos a dizer não a desigualdade, a ter uma reflexão sobre os padrões impostos pela sociedade, que possam desconstruir preconceitos, estereótipos, e que compreendam a importância da abordagem do tema étnico racial na educação infantil



Em algumas respostas os professores falam em conscientizar os alunos para que eles possam entender sua realidade desde cedo, o que oportuniza as transformações, de acordo com Freire (1978), primeiramente, é preciso conscientizar que toda educação libertadora tem o objetivo de provocar a reflexão e a crítica. Na prática os professores devem promover o diálogo e o debate dessa problemática desde a educação infantil pois deve-se estimular aos alunos a participar ativamente dessa narrativa de forma que sirva como aprendizado e principalmente a questionar a realidade construindo assim uma sociedade respeitosa e longe de preconceitos. No quadro 3 observamos como os professores das escolas pesquisadas atuam em situações de preconceito:

Quadro 03 Atuação docente em situações de preconceitos

Professor	Como lidar com um aluno preconceituoso em sala de aula?	Em situações de racismo na escola ou na sala de aula como você reage? Por exemplo: Diante da situação problema (fictícia) uma criança de 5 anos se recusa a sentar ao lado do coleguinha da mesma idade por preconceito da sua cor e compartilhar brinquedos pois se diz ter nojo do mesmo, como a professora responsável pela turma poderia atuar para solucionar o conflito?	Você já teve alguma experiência de racismo na sua sala de aula? Como você agiu?
L	Tentar entender de onde vem esse preconceito se ele ouviu algo de alguém sobre o assunto, trazer o conhecimento pra ele sobre a miscigenação que algo natural, tentar mudar o posicionamento dele com conhecimento.	Ainda não tive nenhuma experiência em sala de aula, mas se algum dia tiver que lidar será como falei na questão acima primeiro de tudo tentar entender o aluno preconceituoso e mostrar que o pensamento dele está errado em relação ao coleguinha, se for possível realizando até uma aula sobre o assunto para deixá-los ainda mais entendedores das questões étnicas - raciais.	Não tive ainda.
M	Entendendo que a sua atitude é fruto de um contexto, muitas vezes familiar, e que ele precisa também ser acolhido e não julgado. É necessário gerar reflexões para que essa criança comece a ressignificar aquilo que ouve e aprende em casa ou outros ambientes e aprenda a agir de maneira diferente, respeitando a todos.	Procuraria criar situações que fizessem a criança avaliar sua postura. Poderia ser através de histórias, brincadeiras, buscando sempre fazer essa criança refletir sobre suas atitudes e ensinando-a sobre o preconceito.	Não.
A	Proporcionando atividades diversas que faça ele refletir e rever este sentimento.	Trazer conhecimentos através de histórias de palestras que mostre que todos somos iguais e devemos respeitar a condição do outro. Promover exposição de imagens e históricos de pessoas negras que exercem ou exerceram funções influentes de destaque na sociedade.	Sim. Agir de maneira pedagógica com diálogo que promovesse uma reflexão no provocador e conversas com a vítima incentivando auto valorização.
O	Promovendo atividades que tragam reflexão sobre essa prática.	Fazendo com que ele observe a professora e os outros alunos em atividades com interação saudável e respeitosa, mostrando como devemos tratar todas as pessoas...	Sim. Realizei atividade que promoveram interações, respeito, afeto, coleguismo, e eles não agiram mais com indiferenças.
AL	Com diálogo sobre a necessidade de respeitar o outro, de que as pessoas não devem ser julgadas ou excluídas, todos merecem respeito.	Diria que todos somos iguais, que cor da pele não faz ninguém inferior ou diferente, e colocaria sempre para fazerem atividades juntos, em um mesmo grupo.	Não me recordo.

Fonte: elaborado pelas autoras

No quadro 3 na primeira coluna à esquerda na fala do professor L, M e AL, é possível perceber como o conhecimento a respeito das relações étnico-raciais ainda é incipiente “pesquisar o assunto é fundamental para compreender como se dão as relações raciais no interior da escola, visto que este espaço é locus das relações sociais que estruturam e marcam o processo de socialização[...]”(SOUZA, 2001, p.61), a forma como os professores pontuam como



agiriam demonstra a falta de conhecimento e formação para trabalhar o tema e agir com um aluno preconceituoso. “Assim o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar” (SILVA, 2001, p.67).

A fala do professor A e O aponta que a temática é abordada apenas em momentos pontuais de conflitos em sala de aula. Rossato e Gesser (2001, p.23) salienta que:

Educadores devem ser desafiados a desenvolver juntos com seus alunos e colegas de profissão uma conscientização crítica em torno desse fenômeno racial que atormenta nações, incluindo o Brasil. Por meio de uma consciência crítica, primeiramente se desestruturam as relações de concepções racistas e discriminatórias.

Ainda no quadro 3 nas duas últimas colunas a direita temos a fala dos professores em relação a situações de racismo em sala de aula. Segundo Silva:

[...]o/a educador/a bem preparado/a é um/a multiplicador/a de informações corretas e um fator de alteração contumaz e poderosa das situações de discriminação racial, especialmente no processo pedagógico de ensinar e aprender. [...]”(SILVA, 2001, p.70).

Portanto a ação do professor em uma situação de racismo no ambiente escolar precisa ser incisiva, a sua atuação diante dessa situação vai comunicar para ambos os lados que não existe lugar para o racismo no ambiente escolar.

Considerações finais

Temos no Brasil uma educação altamente carregada por marcas racistas, visível nos currículos escolares. As práticas escolares reforçam os estigmas racistas no ambiente escolar quando enaltece vultos históricos brancos europeus como modelo de civilização a ser seguido, e personalidades negras e indígenas como selvagens não civilizados e que estão à margem da sociedade. Essas práticas desprezíveis fortalecem os estigmas preconceituosos e racistas que são levados por toda a vida escolar, produzindo uma imagem negativa da cultura dos povos negros, africanos e indígenas promovendo apenas a cultura europeia como a única possível, aceitável, humana e civilizada.

O que nos motivou a realizar essa pesquisa, foi compreender como o debate racial é tratado nas escolas de educação infantil em Feira de Santana nosso objetivo era descobrir se os professores das escolas selecionadas sabiam o que são relações étnicas raciais, se são capazes de reconhecer e de interferir em atitudes racistas.



Os dados que foram coletados e analisados, mostram que esses professores conhecem o básico para identificar, mas a sua abordagem e posicionamento se mostraram superficiais e pouco eficientes, “tentar mudar o posicionamento” não é suficiente quando estamos falando de professores/escola agindo contra o racismo, percebemos que o debate sobre relações étnico-raciais já está presente na escola, só precisa de aprofundamento.

A nossa intenção em abordar o tema da educação para as relações étnico-raciais foi promover uma educação que preconiza a diversidade, e rompe com a história única que cria estereótipos e marginaliza culturas que não a branca europeia.

A conclusão obtida por meio dos dados, foi que precisamos avançar no debate e estudo das relações étnico-raciais para que então tenhamos embasamento para intervir em situações de conflitos e o mais importante, criar uma cultura antirracista no ambiente escolar e que irá reverberar para além dos muros da escola. A formação continuada do professor para trabalhar com a diversidade racial precisa ser pautada, com reflexões e leituras ele adquire repertório para saber lidar com os desafios que estão presentes na sociedade e adentram na escola.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília, UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas escolas, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145993> . Acesso em 20 de ago. 2025.

Brandão, Carlos Rodrigues. O que é educação? 1. ed. São Paulo. Brasiliense, 2007.

BRASIL. Parecer do CNE/CP 003/2004, aprova em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação da relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf . Acesso em 20 de ago. 2025.

DIAS, L.R. Quantos passos já foram dados? – A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639, de 2003. In: ROMAO, J. (org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: MEC/S . Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucimar-Dias-2/publication/329616944_Quantos_passos_ja_foram_dados/links/5c12505ea6fdcc494ff15b6b/Quantos-passos-ja-foram-dados.pdf . Acesso em 20 de ago. 2025.

FREIRE, Paulo. Conscientização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. 3. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.



GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: Currículo sem Fronteiras, V. 12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. <https://www.academia.edu/download/82020822/gomes.pdf>. Acesso em 20 de ago. 2025.

GONÇALVES & SILVA, P. B. (Relatora). Parecer das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/CNE, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em 20 de ago. 2025.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 20 de ago. 2025.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê?. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana. ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. Educação em revista. Belo Horizonte. V.26. p.209-226. Ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/?lang=pt>. Acesso em 20 de ago. 2025.

ROSSATO, Cesar. GESSER, V. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha). Formação de Educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, N. J. da; ALMEIDA, M. das G. A. A. de . Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. Revista Exitus, [S. l.], v. 10, n. 1,



p. e020074, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48579390.pdf> . Acesso em 20 de ago. 2025.

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

WALSH, Catherine. La educación Intercultural en la Educación. Peru: Ministerio de Educación. (documento de trabalho), 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/download/44415003/interculturalidad_critica_y_educacion_intercultural.pdf. Acesso em 20 de ago. 2025.